

# MAPFRE Capitalização S.A.

CNPJ: 09.382.998/0001-00



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes à MAPFRE Capitalização S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC referendados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015, de 30 de julho de 2015, e alterações posteriores, que entraram em vigor a partir da data de sua publicação e segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

### A pandemia e seus impactos

A Covid-19 trouxe uma fonte de incertezas à atividade econômica global com consequências diretas a pessoas e empresas. As medidas restritivas adotadas pelas autoridades de todo o mundo fizeram com que milhares de pessoas perdessem suas rendas, deixando de atuar profissionalmente e socialmente. Ainda que as incertezas em relação à duração dessas restrições dificultem a quantificação e período desses impactos, indicadores econômicos já demonstram enfraquecimento em bens de consumo e serviços. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia e crédito. Nessa linha, mesmo enquadrada como serviço essencial, a MAPFRE estabeleceu um Comitê de Crises, que permitiu rapidamente a adoção de medidas para preservar a saúde e a integridade de seus públicos e a continuidade de suas operações. Como resposta, o Grupo MAPFRE estabeleceu como pilares de atuação, o qual a Companhia está inserida:

### a) Bem-estar dos colaboradores

- I. Trabalho remoto às funções em que o modelo é aplicável;
II. Comunicação transparente por meio de e-mail, portal interno e vídeos semanais da alta direção da organização, comunicando novidades e medidas internas referentes à Covid-19;
III. Plano de retomada de forma gradativa, respeitando grupos de risco e todos os protocolos sanitários;
IV. Disponibilidade de aplicativo para colaboradores, com monitoramento diário (verificador de sintomas, orientação médica on-line 24h, atendimento por videochamada e informações sobre cuidado e prevenção do novo coronavírus);
b) Atendimento ao cliente
I. Telemedicina: a MAPFRE passou a oferecer consultas à distância como benefício em modalidade de seguro de Vida, além de Orientação Médica por Telefone - OMT;
II. Inclusão da cobertura em caso de morte por infecção pelo Covid-19 nas apólices de Vida, Habitacional e Prestamista. Para o habitacional, é preciso que a cobertura por morte e invalidez permanente esteja contemplada na contratação da apólice;
III. Condições especiais de renovação do seguro Auto, Residencial, Rural, Comércio e Serviços;
IV. Ampliação de atividades profissionais cobertas no seguro residencial, beneficiando microempreendedores individuais que levaram seus negócios para casa. Com isso, as atividades amparadas pela cobertura "Pequeno Empreendedor", passaram de 13 para 24 categorias. O seguro residencial garante, ainda, a estes profissionais, assistência 24h e suporte complementar, como proteção digital e help desk;
V. Reforço das soluções digitais para a realização de procedimentos como vistoria e pericia de automóveis.

### c) Manter o funcionamento das operações em condições atípicas

I. Redução do tempo de pagamento às oficinas, além da realização de pagamento adicional aos estabelecimentos com processo de higiene para prevenção do coronavírus; II. Oferta dos cursos on-line gratuitos para prestadores de serviços de assistência para formação e atualização, nas áreas: Oficinas e Familiares Sustentáveis, Planejamento Estratégico para Empreendedores, Atendimento ao Cliente, Customer Success - Como Conquistar e Manter Clientes, Gestão de Pessoas, Criatividade, Inovação.

Desde o início da pandemia, por meio da Fundación MAPFRE, foram doados mais de 35 milhões de euros a 30 países, destinados à compra de suprimentos médicos e de saúde, à medidas de proteção ao emprego, à inclusão social e à promoção da pesquisa para vacina contra o coronavírus. No Brasil, em 2020, foram aplicados cerca de R\$ 18 milhões ao enfrentamento da Covid-19, apoiando desde hospitais de campanha e compra de insumos hospitalares para auxílio às populações em situação de vulnerabilidade. Em 2021, uma nova ajuda extraordinária foi aportada, no valor de R\$ 19 milhões, para o desenvolvimento de projetos com foco em empregabilidade e empreendedorismo (com atenção especial às mulheres); desnutrição e necessidades básicas de alimentação; educação e exclusão digital; e inclusão social, apoiando milhares de pessoas.

### Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou R\$ 2,4 milhões em 2021, um incremento de R\$ 2,2 milhões em relação ao ano de 2020, impactado principalmente pelo aumento da taxa SELIC ao longo do segundo semestre de 2021, refletindo positivamente nos títulos pós-fixados indexados à taxa SELIC e na alocação em títulos pré-fixados com duração de 3 anos e taxas de aproximadamente 10%.

### Resultado do exercício

Encerramos o ano de 2021 com lucro de R\$ 3,6 milhões, contra um prejuízo líquido de (R\$ 1,1) milhão em 2020, justificada pela melhora no resultado operacional de R\$ 7,6 milhões em relação ao ano anterior.

### Recursos líquidos de títulos de capitalização

As receitas líquidas com títulos de capitalização totalizaram R\$ 41,4 milhões em 2021, apresentando um crescimento de 57% em relação a 2020 ou aumento de R\$ 15,0 milhões.

### Despesas administrativas e com tributos

As despesas administrativas e com tributos totalizaram no ano de 2021, R\$ 11,5 milhões, representando um aumento de 9,2% em relação a 2020 ou aumento de R\$ 1,0 milhão.

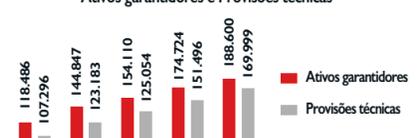
### Política de reinvestimento de lucros e política de distribuição de dividendos

Os acionistas da MAPFRE Capitalização S.A., em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido. O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições de dividendos previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Sociedade, até atingir o limite do valor do capital social integralizado.

### Declaração de capacidade financeira

Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 de 30 de julho de 2015, e alterações, a MAPFRE Capitalização declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 4,03 milhões, e considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais dos mesmos. Tem apresentado nos últimos cinco anos liquidez para cobertura das reservas técnicas, conforme demonstrado no gráfico abaixo (em milhares de reais):

Ativos garantidores e Provisões técnicas



### Controles internos

A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo oferecer suporte ao negócio e às áreas operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Periodicamente, são realizados testes de controles internos, que visam estar em conformidade com as normas regulatórias, dar confiabilidade às práticas adotadas, o que é informado às áreas e aos Comitês os resultados obtidos. Os testes referem-se ao acompanhamento de novas regulamentações, aos atendimentos à fiscalização, à prevenção da lavagem de dinheiro e às fraudes, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processo.
Compliance
O GRUPO MAPFRE, com base na Lei nº 9.613/1998, de 3 de março de 1998, e alterações e, com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 612/2020, de 18 de agosto de 2020, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos. O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos funcionários e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares, com reporte imediato ao Comitê de Auditoria Estatutária para acompanhamento.

### Governança de dados e segurança da informação

A Administração reafirma o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes e diante dos desafios da era digital das informações, além do monitoramento em relação à segurança dos dados, uma governança e gestão da informação robusta e fortalecida tem sido um dos focos de atuação do GRUPO MAPFRE, alinhada a nova Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018, de 14 de agosto de 2016.

### Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.
São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.
A Administração

## BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Tabela de Balanços Patrimoniais com colunas para Ativo Circulante, Disponível, Equivalente de caixa, Aplicações, Outros créditos operacionais, etc., para os anos 2021 e 2020.

Tabela de Balanços Patrimoniais com colunas para Passivo Circulante, Contas a pagar, Obrigações a pagar, Tributos diferidos, Encargos trabalhistas, etc., para os anos 2021 e 2020.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Tabela detalhada das mutações do patrimônio líquido, mostrando Saldo em 1º de janeiro de 2020, Adições, Reduções e Saldo em 31 de dezembro de 2020 e 2021.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

Tabela de Demonstrações de Resultados com colunas para Receita líquida com títulos de capitalização, (+) Arrecadação com títulos de capitalização, (-) Variação da provisão para resgate, etc., para os anos 2021 e 2020.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Tabela de Demonstração do Resultado Abrangente com colunas para Lucro líquido/(prejuízo) do exercício, Outros resultados abrangentes, Imposto de renda e contribuição social, etc., para os anos 2021 e 2020.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

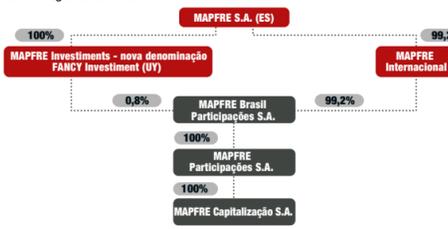
### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Tabela de Demonstrações dos Fluxos de Caixa com colunas para Atividades operacionais, Atividade de investimento, e Atividade de financiamento para os anos 2021 e 2020.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Capitalização S.A. (doravante designada por "Companhia"), é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar na modalidade de capitalização, em todo o território nacional. O endereço registrado da Companhia é Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, São Paulo - SP, CEP 04578-000 e está cadastrada no CNPJ sob o nº 09.382.998/0001-00. A Companhia tem por objeto fornecer ao público em geral a constituição de capitais mínimos perfeitamente determinados em planos de capitalização, a serem operados, comercializados e administrados de acordo e nos termos da legislação aplicável às sociedades de capitalização. A Companhia é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades, com sede em Madrid, Espanha. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE. Em 31 de dezembro de 2021, o GRUPO MAPFRE apresentava a seguinte estrutura:



### 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância à Circular SUSEP nº 517/2015 de 30 de julho de 2015 (revogada a partir de 03 de janeiro de 2022 pela Circular 648/2021, de 12 de novembro de 2021), as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 23 de fevereiro de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.
b) Continuidade: A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.
c) Base para avaliação, apresentação e moda funcional: As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado e dos ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real.
d) Uso de estimativas e julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras é realizada de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC a partir de julgamentos, estimativas e premissas realizadas pela administração, as quais afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir, conforme o caso, das estimativas e premissas as quais são continuamente revistas. Com relação às estimativas contábeis estas são reconhecidas no período em que as estimativas são realizadas e em exercícios futuros. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. • Notas 3a e 5 - Aplicações e instrumentos financeiros; • Notas 3e e 10 - Provisões técnicas; e • Notas 3f e 12 - Provisões judiciais.
e) Segregação entre circulante e não circulante: A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aquelas cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data base. Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social deferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.
f) Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP. CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9): Em vigor pelo CPC desde 1º de janeiro de 2018, o Pronunciamento apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre contabilização de hedge.
g) Principais políticas contábeis

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados.
a) Aplicações e instrumentos financeiros: A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Companhia classifica seus ativos financeiros nos seguintes categorias: i. Caixa e Equivalente de caixa: Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. ii. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado, caso seja classificado como "mantido para negociação" e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. São classificados nesta categoria os ativos financeiros, cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. iii. Ativos financeiros disponíveis para venda: Compreende os ativos financeiros não classificados em alguma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo sendo que as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em "outros resultados abrangentes" e apresentadas no patrimônio líquido (líquidos dos efeitos tributários). Quando um investimento é contabilmente "baixado", o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício correspondente. iv. Ativos financeiros mantidos até o vencimento: São classificados nessa categoria caso a Administração tenha

intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado.
v. Determinação do valor justo: Os valores justos têm sido apurados com o propósito de mensuração ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas na nota 5c.
vi. Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações de capitalização", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos" que são contabilizados pelo custo amortizado deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.
b) Redução ao valor recuperável: i. Ativos financeiros: Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu, após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo os títulos patrimoniais) tiveram redução de valor pode incluir ou não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou em caso de liquidez no mercado para o título. As perdas são reconhecidas no resultado com contrapartida em conta redutora do ativo correspondente. Quando há reversão subsequente da perda de valor, esta é registrada no resultado. A perda de valor ("redução ao valor recuperável") nos ativos financeiros disponíveis para venda é reconhecida pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. O valor desta reclassificação é dada pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, deduzido do valor da perda de valor recuperável, previamente reconhecida no resultado. Por sua vez, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.
ii. Ativos não financeiros: Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável.
c) Imobilizado: O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos, utilizados na condução dos negócios da Companhia, demonstrado pelo custo histórico. O custo do ativo imobilizado é, reduzido da depreciação acumulada do ativo, até a data de cada fechamento e pela dedução da depreciação acumulada e das perdas de redução de valor recuperável acumuladas, conforme o caso. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos para a aquisição dos itens capitalizáveis para o que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear.
d) Intangível: Compreende, basicamente, os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerada a viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de softwares são reconhecidas no resultado no período quando incorridas. A amortização do ativo intangível é calculada segundo o método linear.
e) Provisões técnicas: As provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, da MAPFRE Capitalização S.A., foram elaboradas em todos os aspectos de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e de acordo com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A Provisão Matemática para Capitalização - PMC é constituída para cada título em vigor ou suspenso e considera a parcela dos valores arrecadados para capitalização, sendo ajustada mensalmente pelo indexador e taxas de juros definidas no respectivo plano até o resgate ou cancelamento do título em conformidade com a nota técnica atuarial do plano.
Taxas e carregamento dos principais títulos:
Processo Susep Tipo % Carregamento Taxa % a.a.
15414.901962/2019-10 Prêmio Único 7,46 8,08
15414.901957/2019-07 Prêmio Único 7,19 6,17
15414.902004/2019-58 Prêmio Único 5,79 6,17
15414.901388/2019-18 Prêmio Único 2 4,28
15414.901384/2018-22 Prêmio Único 16,46 1,94
15414.901999/2019-30 Prêmio Único 5,79 6,17

A Provisão para Resgate - PR é constituída para cada título vencido e antecipado, cujo saldo é atualizado pelo indexador do correspondente plano de capitalização pela taxa de remuneração da caderneta de poupança - TR, desde a data do respectivo evento até a data do efetivo pagamento do valor de resgate. A Provisão para Sorteios a Realizar - PSR é constituída para fazer face aos prêmios provenientes de sorteios futuros e seu saldo representa o valor presente dos sorteios já custeados e ainda não realizados. Seu valor é calculado pela multiplicação da cota de sorteio e valor do pagamento. A Provisão para Sorteios a Pagar - PSP é constituída pelos valores dos títulos contemplados em sorteio e ainda não pagos. Os valores são atualizados monetariamente desde a data do sorteio até a data efetiva do pagamento. A Provisão Complementar de Sorteios - PCS é constituída para complementar a Provisão de Sorteios a Realizar e utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos Sorteios a Realizar. A provisão representará a diferença positiva entre o valor esperado dos sorteios a realizar e o valor da Provisão para Sorteios a Realizar - PSR. A Provisão para Distribuição de Bônus - PDB é constituída para a cobertura dos valores relativos ao pagamento de bônus previstos em contrato, calculada para cada título (cuj plano estabelece a distribuição de bônus) que estiver em vigor ou suspenso, de acordo com os critérios previstos em nota técnica atuarial, observadas as regulamentações específicas vigentes. A Provisão para Despesas Administrativas - PDA é constituída para cada título que estiver em vigor, durante o prazo de vigência do título, para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização. O valor relacionado a despesa de manutenção do título é definido com base nas despesas e receitas da Companhia e aplicado sobre a cota de despesa administrativa do título para cálculo da provisão.
f) Provisões, passivos e ativos contingentes: Uma provisão é reconhecida com base em evento passado e se a mesma pode ser estimada de forma confiável, bem como, seja provável que haja recurso econômico exigido para liquidar a obrigação. As contingências judiciais passivas são avaliadas individualmente pela área jurídica da Companhia e seus assessores, com relação às probabilidades de perda em função da natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade processual e material e a jurisprudência dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for considerada provável a saída de recursos para a liquidação das ações judiciais e quando tais montantes forem mensuráveis com segurança, conforme os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Passivos contingentes são divulgados, mas não provisionados, caso seja possível a obrigação futura de eventos passados ou se existir obrigação presente de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos judiciais, o que caracteriza a certeza do ganho. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.
g) Benefícios aos empregados: i. Obrigações de curto prazo: As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa na medida que o serviço é prestado. Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oleredados aos funcionários e Administradores e reconhecidos ao resultado à medida que são incorridos.
ii. Obrigações com aposentadorias: A Companhia é patrocinadora de um plano de



continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

### MAPFRE Capitalização S.A. - CNPJ 09.382.998/0001-00

MAPFRE RE (SCI e EGR unificado), estabelecendo: a) Primeira linha: composta por funcionários, diretoria e áreas operacionais, de negócio e de suporte, responsáveis por manter o controle efetivo das atividades realizadas como parte inerente do trabalho cotidiano. Portanto, são eles que assumem os riscos e são responsáveis por estabelecer e aplicar os mecanismos de controle necessários para evitar os riscos associados aos processos que realizam e garantir que não ultrapassem os limites estabelecidos. b) Segunda linha: integrada pelas funções-chave de gestão atuarial, de riscos e de conformidade e outras funções de seguros que garantem o funcionamento do Sistema de Gestão de Riscos. c) Terceira linha: composta pela Auditoria Interna, que realiza a avaliação independente da adequação, suficiência e eficácia do Sistema de Controle Interno, comunicando eventuais deficiências às partes responsáveis por aplicar as medidas corretivas, incluindo os altos cargos executivos e os órgãos de governança, conforme o caso. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado pela Comissão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A Gestão de Riscos no Grupo MAPFRE Brasil se divide em Gestão de Riscos Qualitativo e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e suportar continuamente a gestão de riscos corporativo da organização, dentro de um processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão risco, vigilância e notificação de exposição a riscos. A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk - VaR*, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. A partir da avaliação dos principais riscos são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco da Companhia. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores por meio de um programa de Disseminação de cultura de Riscos e Controles. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO conta com os seguintes Órgãos de Governança: • **Conselho de Administração:** é o órgão superior de administração e supervisão da atividade no país, de acordo com as leis locais e as normas internas de governo do GRUPO MAPFRE. Compete ao conselho aprovar a orientação geral de negócios, as políticas e diretrizes gerais e as metas da MAPFRE Brasil, sempre visando os melhores interesses do GRUPO MAPFRE e zelando pelo cumprimento das obrigações previstas nos normativos internos e na legislação vigente; • **Comitê de Auditoria:** é um órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização, em consonância com as atribuições previstas na legislação e no Estatuto Social, que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; • **Comitê de Direção:** tem por objetivo a gestão das Unidades de Negócio na região, assim como a condução de todos os projetos corporativos globais ou regionais, que sejam necessários para o cumprimento dos objetivos, e a análise desenvolve e executa, conforme o caso, as decisões dos órgãos de Administração e Diretoria da MAPFRE S.A.; • **Comitê de Investimentos:** tem por objetivo orientar as companhias da MAPFRE Brasil no que diz respeito aos investimentos dos seus ativos financeiros, analisando os referidos investimentos para avaliar detalhadamente os benefícios e estimativa dos retornos econômico-financeiros, observando as premissas de segurança, rentabilidade, solvência, legislação e alçadas vigentes do GRUPO MAPFRE. O Comitê acompanha e zela pelo cumprimento das políticas financeiras definidas pela Alta Administração e assessorá-la no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à estratégia financeira do GRUPO MAPFRE; e • **Comissão de Riscos:** com caráter consultivo e de assessoramento, vinculado ao Comitê de Direção, tem por objetivo analisar e acompanhar, bem como, auxiliar o Comitê de Direção nas matérias relacionadas a controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos corporativos e atuariais, no âmbito de suas competências e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO MAPFRE. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm, em seus regimentos, a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** Para os títulos de capitalização as premissas são baseadas nas experiências atuariais da carteira para realizar a gestão dos riscos envolvidos. Os riscos podem ser listados em: • Risco de sorteio, que implica na possibilidade da Companhia pagar prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas. • Risco de persistência ou comportamento, que implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título. A Administração avalia que a probabilidade de ocorrência desse tipo de risco é reduzida uma vez que, comportamento de inadimplência é mais acentuada na modalidade "popular" onde a Companhia não opera. • Risco de despesas administrativas, onde a Companhia tem que arcar com despesas em séries não comercializadas em sua totalidade. Atualmente esse tipo de risco é gerenciado no momento do lançamento da série, onde a Companhia realiza um estudo preliminar de viabilidade onde indica o número mínimo de cotas a serem comercializadas para a Companhia não ter prejuízos com despesas administrativas, caso o número mínimo for factível de vendas de acordo com as condições de mercado e histórico da Companhia, a mesma é lançada, caso contrário, não. • Risco de garantir a rentabilidade pré definida para as reservas matemáticas aprovadas nas condições gerais dos títulos de capitalização. A Companhia gerencia esse tipo de risco determinando parâmetros mínimos de rentabilidade estipulados para o gestor dos recursos, sendo a rentabilidade monitorada periodicamente e discutida nas reuniões do Comitê de Investimentos. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Companhia. A Companhia possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos, a área de Riscos realiza tempestivamente o monitoramento das exposições para efetivo cumprimento dos limites de crédito estabelecidos na política. O monitoramento é realizado para ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares, levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. A Administração entende que, no que se refere as operações de capitalização, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera apenas com pagamento único. **Gerenciamento ao risco de crédito:** Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pela MAPFRE Investimentos Ltda., empresa do mesmo grupo econômico, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política de Risco de Crédito e submete aos comitês competentes, periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados. No que se refere as aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos públicos de renda fixa e operações comprometidas com lastro em títulos públicos federais, sendo considerado um *rating* bem avaliado como AAA (risco soberano brasileiro).

		2021		2020	
Ativos financeiros - <i>rating</i>	AAA	Sem <i>rating</i>	Total	AAA	Sem <i>rating</i>
Títulos públicos de renda fixa (*)	187.657		187.657	172.811	
Caixas/contas a pagar/receber	(14)	(14)	—	26	26
<b>Total</b>	<b>187.657</b>	<b>(14)</b>	<b>187.643</b>	<b>172.811</b>	<b>26</b>

(\*) Inclui operação comprometida com lastro em títulos públicos no montante de R\$ 11.207 (R\$ 10.175 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia utiliza diversas análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de *stress* de mercado. Os testes realizados levam em consideração, cenários históricos e cenários futuros, e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e tomada de decisão e também para identificação de descasamentos entre ativos e passivos financeiros da Companhia. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos da Companhia para manter recursos financeiros suficientes para cumprimento das obrigações e medida que estas atingem seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimativa de passivos oriundos de resgates e sorteios a pagar. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Companhia, avaliando a sobre de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. A Circular SUSEP n 634/2021 estabelece novo critério para o risco de liquidez, devendo cada Companhia desenvolver metodologia específica para cálculo, com implementação obrigatória a partir de dezembro de 2021. A metodologia utilizada pela MAPFRE está baseada em método prospectivo de projeção de fluxo de caixa, utilizando premissas atuariais estruturadas de entradas e saídas, que decorram do cumprimento dos riscos assumidos pela companhia nos contratos e certificações, mantendo as aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda e valor justo por meio do resultado, que podem ser utilizadas no caso de necessidade de fluxo de caixa e geração de fluxos de caixa positivos nas operações.

Nível - Risco de liquidez	Cumprimento total	
	Zona Verde	Zona Amarela
>= 100%		
< 100% - 90%		
< 90% - 30%		
< 30%		

	Provisão a cobrir (a)	Ativos garantidores (b)	Fator de risco de liquidez (c)	Risco de liquidez (d)=(a)*(c)
Verde	170	169.999	1,00%	1.700
Amarelo	1.020	188.600		
Vermelho	510			
Provisão a cobrir + risco de liquidez (e)=(a)+(d)		171.699		
Índice de liquidez (b)/(e)		1,10		
Suficiência (b)/(e)		16.901		

Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significante dos contratos de capitalização, o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam os mesmos. Para estimar os fluxos de caixa dos ativos foram utilizadas as suas taxas contratadas levando-se em consideração as características de papel e o cenário macroeconômico vigente. O passivo foi calculado através de premissas atuariais de acordo com as características de cada produto. Não obstante a Companhia apresenta aparente liquidez negativa na distribuição das faixas dos <i>agings</i> do ativo e do passivo, o resultado negativo no capital circulante líquido, como estratégia, mantém as aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda e valor justo por meio do resultado, que podem ser utilizadas no caso de necessidade de fluxo de caixa e geração de fluxos de caixa positivos nas operações.	2021	
		Fluxo de ativos (*)
Fluxo até 1 ano	32.050	54.776
Fluxo de 1 a 5 anos	129.681	114.395
Fluxo acima de 5 anos	26.869	19
<b>Total</b>	<b>188.600</b>	<b>169.190</b>

(\*) O fluxo dos ativos é composto por títulos públicos e estão classificados, em quase sua totalidade nas categorias disponível para venda e valor justo por meio do resultado, e em eventual necessidade de liquidez, podem ser utilizados / alienados para cobrir possíveis necessidades de caixa. (\*\*\*) O fluxo dos passivos considerou a projeção de sorteios, de despesas administrativas, resgates concedidos a pagar e das provisões matemáticas e de distribuição de bônus. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Companhia, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela MAPFRE Riscos Ltda. com base em cenários de *stress*, *Duration* e com a metodologia de *Value at Risk - VaR* e *Macaulay Duration*. O modelo de *VaR* é aplicado a carteira da Companhia, utilizando-se de *VaR* paramétrico, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do *VaR*, para o intervalo de 1 dia é de:

Fundo	VaR	Patrimônio
Capitalização	0,03	191.879

A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às Carteiras de ALM - *Asset & Liability Management* da Companhia, que contempla as carteiras administradas e o fundo que mantêm participação. O prazo médio apresentado para as carteiras é de 2,333 anos (1,50 em 31 de dezembro de 2020) frente a um patrimônio de R\$ 191.879 (R\$ 170.029 em 31 de dezembro de 2020) e está de acordo com as diretrizes do GRUPO MAPFRE, sendo revisado, periodicamente, pelo Comitê de Investimentos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de riscos aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade à taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: i. Taxa de juros; e ii. Cupons de títulos indexados a índices de inflação nas posições ativas e passivas da Companhia. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. A Companhia não resgata antecipadamente os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento, mesmo assim, os títulos classificados nessa categoria foram mantidos para cálculo da análise de sensibilidade. A análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro da carteira atuarial, que totaliza R\$ 188.600 (R\$ 174.724 em 31 de dezembro de 2020). Para a análise de sensibilidade, todos os ativos em carteira da Companhia foram considerados a valor de mercado, independentemente de sua classificação contábil.

2021	
Impacto no patrimônio líquido/resultado (bruto de impostos)	

Fator de risco  
Taxa de juros e cupons  
a) Elevação de taxas (1)  
b) Redução de taxas 1  
Parâmetros: 100 *basis points* nas estruturas de taxas de juros vigentes. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. A avaliação do risco operacional utiliza uma ferramenta que auxilia na autoavaliação de riscos operacionais e controles inerentes às operações de cada um dos processos, por meio desta ferramenta os riscos são avaliados com base na sua importância relativa, probabilidade de ocorrência e as medidas de controle existentes para mitigar cada risco exposto. **Gerenciamento do risco operacional:** A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais e contempla as seguintes atividades: • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • Cumprimento com exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais - BDDPO para reporte de prejuízos operacionais e as ações corretivas; • Desenvolvimento de planos de continuidade de negócios - PCN; • Treinamento e disseminação da cultura de controles internos; e • Padrões éticos. Dentro desse cenário, a Companhia dispõe de mapeamento de processos com a identificação de riscos e controles, os quais, são geridos dentro de uma Matriz Única de Riscos e Controles que apresenta o retrato dos processos quanto aos principais riscos expostos e controles existentes. Outro mecanismo de avaliação se reflete a avaliação de *Compliance* realizada para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas dos órgãos reguladores e instruções internas (políticas, normativos e procedimentos). A Área de Gerenciamento de Riscos coordena o processo anual de identificação de Riscos Materiais, a fim de identificar os riscos que a entidade pode enfrentar durante o período contemplado em seu plano de negócios, riscos que podem afetar significativamente o desempenho dos objetivos de classificação ou de capital regulatório. Nessa identificação de riscos, tem como fator de sucesso a colaboração de executivos dentro da organização que possam antecipar ou dar sua opinião sobre a evolução dos riscos aos quais a entidade está exposta. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco

## 5. APLICAÇÕES

a) **Composição por prazo, por título e por nível hierárquico:** Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e em valores justos. Os ativos financeiros classificados a valores justos são contabilizados no ativo circulante e estão apresentados de acordo com o vencimento dos títulos.

Títulos	Hierarquia a valor justo	Vencimento				Sem vencimento (D)	Valor contábil (E = A + B + C + D)	Valor de curva (F)	Valor Justo (G)	Ajuste ao valor justo (G - F)	Ativos ao valor justo	2021	2020	%
		Até 1 ano (A)	Entre 1 e 5 anos (B)	Acima de 5 anos (C)	Total (D)									
<b>Ativos designados pelo valor justo</b>														
<b>por meio do resultado</b>														
Fundos de investimentos	32.064	53.775	—	(14)	85.825	85.780	85.825	45	85.825	46%	90.822	53%		
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	20.857	53.775	—	—	74.632	74.587	74.632	45	74.632	87%	80.621	89%	
Operações compromissadas (*)	2	11.207	—	—	—	11.207	11.207	11.207	—	11.207	13%	10.175	11%	
Caixas/contas a pagar/receber	2	—	—	—	(14)	(14)	(14)	(14)	—	(14)	0%	26	0%	
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>		<b>75.670</b>	<b>22.114</b>	—	<b>97.784</b>	<b>102.065</b>	<b>97.784</b>	<b>(4.281)</b>	<b>97.784</b>	<b>52%</b>	<b>75.393</b>	<b>44%</b>		
<b>Carteira administrada</b>		<b>75.670</b>	<b>22.114</b>	—	<b>97.784</b>	<b>102.065</b>	<b>97.784</b>	<b>(4.281)</b>	<b>97.784</b>	<b>100%</b>	<b>75.393</b>	<b>100%</b>		
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	—	22.114	—	22.114	24.953	22.114	(2.839)	22.114	23%	26.577	35%		
Letras do tesouro nacional - LTN	1	—	75.670	—	75.670	77.112	75.670	(1.442)	75.670	77%	48.816	65%		
<b>Ativos mantidos até o vencimento</b>			<b>238</b>	<b>3.796</b>	—	<b>4.034</b>	<b>4.034</b>	<b>4.991</b>	<b>957</b>	<b>4.034</b>	<b>2%</b>	<b>6.622</b>	<b>4%</b>	
<b>Fundos de investimentos</b>			<b>238</b>	<b>3.796</b>	—	<b>4.034</b>	<b>4.034</b>	<b>4.991</b>	<b>957</b>	<b>4.034</b>	<b>100%</b>	<b>6.622</b>	<b>100%</b>	
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	—	—	3.796	—	3.796	4.755	959	3.796	94%	3.220	49%		
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	—	238	—	—	238	238	(2)	238	6%	3.402	51%		
<b>Total</b>	<b>32.064</b>	<b>129.683</b>	<b>25.910</b>	<b>(14)</b>	<b>187.643</b>	<b>191.879</b>	<b>188.600</b>	<b>(3.279)</b>	<b>187.643</b>	<b>100%</b>	<b>173.837</b>	<b>100%</b>		

(\*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

Títulos	Hierarquia a valor justo	Vencimento				Sem vencimento (D)	Valor contábil (E = A + B + C + D)	Valor de curva (F)	Valor Justo (G)	Ajuste ao valor justo (G - F)	Ativos ao valor justo	2021	2020	%
		Até 1 ano (A)	Entre 1 e 5 anos (B)	Acima de 5 anos (C)	Total (D)									
<b>b) Hierarquia de valor justo:</b> Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Companhia se baseia em dados de mercado, tanto quanto for possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações ( <i>inputs</i> ) utilizadas da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: <i>inputs</i> , exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: <i>inputs</i> , para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de preços ( <i>inputs</i> não observáveis). Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários no período. c) <b>Determinação do valor justo:</b> Os valores justos das aplicações em fundos de investimento é obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. As operações comprometidas são operações de compra e venda de (1) um dia com taxa pré-fixada na data da emissão da operação. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. O valor justo dos ativos financeiros mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação.														
<b>d) Taxa de juros contratada</b>														
		2021		2020										
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa										
Letras financeiras do tesouro - LFT	100% SELIC	100% SELIC	100% SELIC	100% SELIC										
Letras do tesouro nacional - LTN	10,07%	10,05%	9,11%	9,11%										
Notas do tesouro nacional - NTN-B	7,50%	7,35%	7,50%	7,35%										
Notas do tesouro nacional - NTN-F	10,60%	7,33%	12,91%	7,33%										
Operações compromissadas (*)	9,11%	9,11%	1,88%	1,88%										
Títulos da dívida agrária - TDA	9,24%	9,24%	9,25%	9,24%										

(\*) Operações comprometidas com lastro em títulos públicos.

		Ajuste a					
		2020	Aplicações	Resgates	valor justo	Rendimentos	2021
Valor justo por meio do resultado	90.822	124.743	(134.362)	—	4.622	85.825	
Disponíveis para venda	75.393	74.887	(51.440)	(7.087)	6.031	97.784	
Mantidos até o vencimento	6.622	—	(3.179)	—	591	4.034	
<b>Total</b>	<b>172.837</b>	<b>199.630</b>	<b>(188.981)</b>	<b>(7.087)</b>	<b>11.244</b>	<b>187.643</b>	

		Ajuste a					
		2019	Aplicações	Resgates	valor justo	Rendimentos	2020
Valor justo por meio do resultado	97.143	56.076	(67.082)	—	4.685	90.822	
Disponíveis para venda	45.921	25.024	—	213	4.235	75.393	
Mantidos até o vencimento (*)	8.119	—	—	—	(1.497)	6.622	
<b>Total</b>	<b>151.183</b>	<b>81.100</b>	<b>(67.082)</b>	<b>213</b>	<b>7.423</b>	<b>172.837</b>	

(\*) Os rendimentos dos ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento" apresentam

## 10. MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

											2021
Saldo inicial	Provisão matemática para capitalização - PMC	Provisão para resgate - PR	Provisão para sorteios a realizar - PSR	Provisão para sorteios a pagar - PSP	Provisão para distribuição de bônus - PDB	Provisão complementar de sorteio - PCS	Provisão administrativa - PDA	Total	2021	2020	
											Constituição de provisões
Atualização monetária e juros	8.702	9	33	—	1	—	—	22	8.767		
Pagamento de títulos sorteados	—	—	—	(19.189)	—	—	—	—	(19.189)		
Pagamento de resgates	—	(161.070)	—	—	—	—	—	—	(161.070)		
Títulos cancelados	(5.707)	—	—	—	—	—	—	—	(5.707)		
Constituição de despesas administrativas	—	—	—	—	—	—	—	—	1.198		
Baixa de despesas administrativas	—	—	—	—	—	—	—	—	(1.296)		
Baixa de sorteio decorrido											

☆ continuação

**MAPFRE Capitalização S.A. - CNPJ 09.382.998/0001-00**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)**

**11. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS**

	2021	2020
Provisões técnicas	169.999	151.496
<b>Total a ser coberto</b>	<b>169.999</b>	<b>151.496</b>
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	85.825	90.822
Ativos financeiros disponíveis para venda	97.784	75.393
Ativos mantidos até o vencimento	4.991	8.509
<b>Total de aplicações (*)</b>	<b>188.600</b>	<b>174.724</b>
<b>Ativos livres</b>	<b>18.601</b>	<b>23.228</b>

(\*) Conforme Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, art. 103 § 2º para efeito de cobertura de provisões técnicas, os ativos financeiros serão considerados pelo seu valor de mercado.

**12. PROVISÕES JUDICIAIS**

**a) Composição**

Natureza	Provisões judiciais		Depósitos judiciais	
	2021	2020	2021	2020
Cíveis	396	187	-	39
<b>Total</b>	<b>396</b>	<b>187</b>	<b>-</b>	<b>39</b>

**b) Composição das ações judiciais de natureza fiscais e cíveis por probabilidade de perda**

	2021		2020	
	Quantidade	Valor do risco	Quantidade	Valor do risco
<b>Fiscais</b>	<b>2</b>	<b>2.534</b>	<b>2</b>	<b>4.165</b>
Provável	1	1.548	-	-
Possível	1	986	2	4.165
<b>Cíveis</b>	<b>28</b>	<b>802</b>	<b>22</b>	<b>665</b>
Provável	9	396	10	187
Possível	19	406	12	478
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>3.336</b>	<b>24</b>	<b>4.830</b>

**Cíveis** - valores em risco decorrentes de processos judiciais excluídos os que não estejam relacionados às condições gerais dos produtos comercializados, incluindo danos morais (quando não relacionados a operação de capitalização). **Fiscais** - a companhia discute na esfera judicial tais contingências, amparada por seus assessores jurídicos e classifica a probabilidade de perda destas ações em "provável", "possível" e "remota", para fins de provisionamento contábil. Os valores em risco são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa SELIC. Para a data base de 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía registro contábil de contingência vez que não houve avaliação de "provável" para as suas ações judiciais. **CSLL** - A Companhia discute judicialmente a majoração da alíquota da CSLL de 15% para 20%, nos termos da Lei nº 13.169/2015, de 6 de outubro de 2015, aplicável ao período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, período no qual manteve o recolhimento nos termos da legislação vigente. Com julgamento desfavorável, aguarda julgamento de Agravo de Despachos Denegatórios de Recursos Especial e Extraordinário. Probabilidade de perda classificada como provável, a partir de 2021 em razão do julgamento do STF na ADI 5485. Valor em discussão estimado em R\$ 1.548 (R\$ 1.501 em 31 de dezembro de 2020). Não há risco ou valor a ser provisionado, pois recolheu a CSLL sob alíquota de 20%. **PIS/COFINS** - com a revogação do parágrafo 1º, do art. 3º da Lei n. 9.718/1998, de 27 de novembro de 1998, por meio da Lei nº 11.941/2009, de 27 de maio de 2009, a companhia passou a considerar para a apuração destes tributos apenas as receitas de quota de carregamento de título de capitalização. Com a edição da Lei nº 12.973/2014, de 13 de maio de 2014, entende que não se alterou a base de cálculo aplicável, o que, no entanto, discute judicialmente, para que se mantenha restrita a incidência apenas sobre quotas de carregamento. Aguarda julgamento de Recursos Especial e Extraordinário. A probabilidade de perda classificada como possível, no montante de R\$ 986 (R\$ 2.664 em 31 de dezembro de 2020).

**c) Movimentação:**

	2021	2020
Saldo inicial	187	69
Constituições/Reversões	326	153
Pagamentos	(143)	(4)
Atualização monetária	26	14
<b>Saldo final</b>	<b>396</b>	<b>187</b>

**13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital social:** O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 12.000 (R\$ 12.000 em 31 de dezembro de 2020), e está representada por 12.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal (12.000.000 ações em 31 de dezembro de 2020). **b) Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. **c) Reserva de investimentos:** Conforme previsto no Estatuto Social, a parcela remanescente do lucro anual, não destinada à constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, será transferida à conta de reserva de investimentos. **d) Ajustes com títulos e valores mobiliários:** Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda. **e) Dividendos:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	3.564	1.499
Constituição da reserva legal (5%)	(178)	(10)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>3.386</b>	<b>1.489</b>
Dividendos mínimos obrigatórios	847	847
<b>Total dos dividendos distribuídos sobre o lucro do exercício</b>	<b>847</b>	<b>847</b>
<b>Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício</b>	<b>25%</b>	<b>25%</b>
<b>Total de dividendos a distribuir</b>	<b>847</b>	<b>847</b>
Quantidade de ações:		
Ações ordinárias	12.000.000	
Dividendos distribuídos por ação:		
Ações ordinárias	0,07	

**14. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO**

	2021	2020
<b>a) Arrecadação com títulos de capitalização</b>	<b>208.716</b>	<b>168.293</b>
Incentivo	69.846	51.903
Tradicional	145.129	129.322
Filantropia	204	60
Cancelamentos de títulos de capitalização	(6.463)	(12.992)
<b>b) Variação das provisões para resgate</b>	<b>(167.335)</b>	<b>(141.881)</b>
Constituição de provisão matemática	(173.042)	(150.907)
Cancelamentos de provisão matemática	5.707	9.026
<b>c) Variação das provisões técnicas</b>	<b>98</b>	<b>(455)</b>
Provisão administrativa	98	(302)
Provisão para distribuição de bônus	(31)	(13)
Provisão complementar de sorteios	(27)	(359)
Outras provisões	18	219
<b>d) Resultado com sorteio</b>	<b>(22.720)</b>	<b>(11.317)</b>
Variação da provisão de sorteios a realizar	(244)	191
Variação da provisão de sorteios a pagar	(22.476)	(11.508)
<b>e) Custos de aquisição</b>	<b>(5.338)</b>	<b>(6.523)</b>
Comissões	(4.634)	(4.887)
Outros custos	(704)	(1.636)
<b>f) Despesas administrativas</b>	<b>(10.200)</b>	<b>(9.440)</b>
Pessoal próprio	(3.941)	(3.764)
Serviços de terceiros	(3.260)	(2.074)
Localização e funcionamento	(195)	(188)
Depreciações e amortizações	(40)	(50)
Despesas com publicidade e publicações	(14)	(5)
Despesas administrativas diversas	(459)	(263)
Compartilhamento de despesas	(2.291)	(3.096)
<b>g) Despesas com tributos</b>	<b>(1.312)</b>	<b>(1.103)</b>
COFINS	(826)	(619)
PIS	(134)	(101)
Taxa de fiscalização	(293)	(280)
Outros	(59)	(103)
<b>h) Resultado financeiro</b>	<b>2.402</b>	<b>190</b>
<b>Receitas financeiras</b>	<b>11.284</b>	<b>7.425</b>
Juros sobre os ativos financeiros destinados a valor justo por meio do resultado	4.622	4.685
Juros sobre os ativos financeiros disponíveis para venda	6.031	4.235
Juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento	591	(1.497)
Outras receitas financeiras eventuais	40	2
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(8.882)</b>	<b>(7.235)</b>
Despesas financeiras com provisões técnicas	(8.767)	(6.114)
Atualização monetária sobre provisões judiciais	(26)	(14)
Outras despesas financeiras	(89)	(1.107)

**15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

	2021		2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Lucro/(Prejuízo) antes dos impostos e após participações</b>	<b>5.995</b>	<b>5.995</b>	<b>(1.699)</b>	<b>(1.699)</b>
Imposto de renda e contribuição social as alíquotas vigentes	(1.475)	(900)	425	255
Efeito do aumento da alíquota da CS	-	(150)	-	-
Diferenças temporárias	(16)	(10)	(32)	(19)
Diferenças permanentes	(29)	(18)	(22)	(13)
Deduções incentivadas	48	-	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	370	224	-	-
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes</b>	<b>(1.102)</b>	<b>(854)</b>	<b>371</b>	<b>223</b>
Constituição/reversão créditos tributários	(355)	(213)	32	19
Ajustes relativos ao exercício corrente	-	-	(6)	-
Ajuste de exercícios anteriores	52	41	-	-
<b>Crédito/(Despesa) de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(1.405)</b>	<b>(1.026)</b>	<b>397</b>	<b>242</b>
Alíquota efetiva (%)	23%	17%	23%	14%
<b>b) Imposto de renda e contribuição social diferido e tributos a recuperar:</b>				
<b>Ativo</b>	<b>2020</b>	<b>Constituições</b>	<b>Reversões</b>	<b>2021</b>
Tributos a compensar	1.447	155	(103)	1.499
Tributos retidos na fonte	2.063	2.203	(2.069)	2.197
<b>Total ativo circulante</b>	<b>3.510</b>	<b>2.358</b>	<b>(2.172)</b>	<b>3.696</b>
<b>Ativo e passivo</b>				
Diferenças temporárias:				
Contingências cíveis	75	127	(44)	158
Provisão para participação nos lucros	115	76	(133)	58
Prejuízo fiscal e base negativa	594	379	(973)	-
Ajustes de títulos a valor justo TVM	(1.123)	3.309	(474)	1.712
<b>Total ativo e passivo não circulante</b>	<b>(339)</b>	<b>3.891</b>	<b>(1.624)</b>	<b>1.928</b>

Ativo	2019	Constituições	Reversões	2020
Tributos a compensar	1.028	452	(33)	1.447
Tributos retidos na fonte	586	2.156	(679)	2.063
<b>Total ativo circulante</b>	<b>1.614</b>	<b>2.608</b>	<b>(712)</b>	<b>3.510</b>
<b>Passivo</b>				
Diferenças temporárias:				
Contingências cíveis	27	98	(50)	75
Provisão para participação nos lucros	112	118	(115)	115
Prejuízo fiscal e base negativa	-	594	-	594
Ajustes de títulos a valor justo TVM	(1.037)	564	(650)	(1.123)
<b>Total passivo não circulante</b>	<b>(698)</b>	<b>1.374</b>	<b>(615)</b>	<b>(339)</b>

**16. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**

A Companhia proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, da MAPFRE Previdência S.A., cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas no período totalizaram R\$ 32 (R\$ 34 em 31 de dezembro de 2020).

**17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A Administração define como partes relacionadas a Companhia, empresas que compõem o GRUPO MAPFRE, o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, seus Administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados. Apresentamos as principais operações com partes relacionadas:

		2021		2020			
		Re- celtas	Des- pesas	Re- celtas	Des- pesas		
MAC Investimentos S.A. (1)	Empresa ligada	-	-	37	-	-	(140)
MAPFRE Assistência Ltda. (1)	Empresa ligada	1	17	155	(76)	-	6
MAPFRE Brasil Participações S.A. (1)	Acionista Indireta	85	-	85	(218)	4	-
MAPFRE Previdência S.A. (1)	Empresa ligada	-	-	62	(103)	-	4
MAPFRE Investimentos Ltda. (1)	Empresa ligada	-	2	1	(4)	-	-
MAPFRE Investimentos e Participações (1)	Empresa ligada	-	-	1	-	-	-
MAPFRE Saúde Ltda. (1)	Empresa ligada	-	-	3	(38)	-	2
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (1)/(2)	Empresa ligada	127	13.369	36.602	(23.564)	578	13.683
MAPFRE Participações S.A.(3)	Acionista direta	-	847	-	-	-	-
MAPFRE Vida S.A. (1)/(2)	Empresa ligada	195	614	6.283	(3.903)	165	733
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda.	Empresa ligada	-	6	10	(88)	41	-
PROTENEG Corretora de Seguros Ltda. (1)	Empresa ligada	-	-	-	(1)	-	-
MAPFRE TECH	Empresa ligada	-	-	-	(44)	-	-
<b>Total</b>		<b>408</b>	<b>14.855</b>	<b>43.239</b>	<b>(28.039)</b>	<b>798</b>	<b>14.428</b>

(1) Refere-se ao rateio de despesas administrativas e comerciais compartilhadas que é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada Empresa, sobre o total de despesas incorridas por elas sob o comando da MAPFRE Participações S.A., no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing; e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na convenção do GRUPO MAPFRE. (2) Refere-se a venda de títulos de capitalização que são oferecidos em incentivo na venda de seguros. (3) Refere-se à distribuição de dividendos. **a) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** É estabelecido anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, o montante global anual da remuneração e benefícios dos Administradores. Os montantes são pagos por outra Companhia do GRUPO MAPFRE. A Companhia não tem como política pagar a empregados e Administradores remuneração baseada em ações.

**18. OUTRAS INFORMAÇÕES**

**Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria está instituído na empresa líder MAPFRE Participações S.A., nos termos da Resolução nº 321/2015, de 15 de julho de 2015 e alterações, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, tendo alcance sobre a Companhia.

**DIRETORIA**

<b>FELIPE COSTA DA SILVEIRA NASCIMENTO</b>	<b>DENIA DE MOURA FRANCISCO ENGENH LOABOURT</b>	<b>ORLANDO ELIECR IBARRA CAMPO RAPHAEL DE LUCA JÚNIOR</b>	<b>SIMONE PEREIRA NEGRÃO ROBERTO JUNIOR DE ANTONI</b>
--	---	---	---

**CONTADORA**

<b>TÁLITA DE FIUME</b> CRC 1SP 333939/O-0	<b>ATUÁRIA</b>	<b>VERA LUCIA FERNANDES LOPES</b> MIBA 817
--	----------------	---

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Aos Conselheiros e Diretores da MAPFRE Capitalização S.A.**  
**São Paulo - SP**  
**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE Capitalização S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Avaliação da mensuração das provisões técnicas para resgates dos títulos de capitalização (PMC)**

Veja as Notas nº 3(e) e 10 das demonstrações financeiras.

**Principal assunto de auditoria**

A Companhia mantém a provisão matemática de capitalização (PMC), relacionada ao resgate de títulos de capitalização, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. Para mensurar a referida provisão, a Companhia utiliza-se de percentuais definidos nas condições gerais dos produtos de capitalização, aplicados sobre os valores de arrecadações registrados no período, adicionado a incidência de juros e atualização monetária. Consideramos a avaliação da mensuração da provisão matemática de capitalização (PMC), como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos no contexto das demonstrações financeiras.

**Como auditoria endereçou esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de parametrização do cálculo da PMC no sistema operacional de acordo com as condições gerais do produto, processo de aprovação e liquidação financeira dos resgates; (ii) recálculo da PMC, com base em amostragem, conforme informações das condições gerais dos produtos de capitalização, e recálculo dos respectivos montantes de juros e atualização monetária dos títulos de capitalização selecionados; (iii) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas para resgates, como valores de arrecadação emitidas e de resgates pagos, por meio do

confronto com as respectivas documentações suportes e comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; (iv) confronto dos totais das bases analíticas de arrecadações emitidas e de resgates pagos no período, bem como dos montantes de atualização monetária e juros reconhecidos, com o fluxo de movimentação da PMC; e (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

# MAPFRE Previdência S.A.

CNPJ 04.046.576/0001-40



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas,**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes à MAPFRE Previdência S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC referendados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015, de 30 de julho de 2015, e alterações posteriores, que entraram em vigor a partir da data de sua publicação e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

### A pandemia e seus impactos

A Covid-19 trouxe uma fonte de incertezas à atividade econômica global com consequências diretas a pessoas e empresas.

As medidas restritivas adotadas pelas autoridades de todo o mundo fizeram com que milhares de pessoas perdessem suas rendas, deixando de atuar profissionalmente e socialmente. Ainda que as incertezas em relação à duração dessas restrições dificultem a quantificação e período desses impactos, indicadores econômicos já demonstram enfraquecimento em bens de consumo e serviços. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia e ao crédito.

Nessa linha, mesmo enquadrada como serviço essencial, a MAPFRE estabeleceu um Comitê de Crises, que permitiu rapidamente a adoção de medidas para preservar a saúde e a integridade de seus públicos e a continuidade de suas operações.

Segundo estritamente as orientações e determinações das autoridades locais, o Grupo MAPFRE estabeleceu como pilares de atuação:

#### a) Bem-estar dos colaboradores

- Trabalho remoto às funções em que o modelo é aplicável;
- Comunicação transparente por meio de e-mails, portal interno e vídeos semanais da alta direção da organização, comunicando novidades e medidas internas referentes à Covid-19;
- Plano de retomada de forma gradual, respeitando grupos de risco e todos os protocolos sanitários;
- Disponibilidade de aplicativo para colaboradores, com monitoramento diário (verificador de sintomas, orientação médica on-line 24h, atendimento por videochamada e informações sobre cuidado e prevenção do novo coronavírus).

#### b) Atendimento ao cliente

- Telemedicina: a companhia passou a oferecer consultas a distância como benefício em modalidade de seguro de Vida, além de Orientação Médica por Telefone - OMT;
- Inclusão da cobertura em caso de morte por infecção pela Covid-19 nas apólices de Vida, Habitacional e Prestamista. Para o habitacional, é preciso que a cobertura por morte e invalidez permanente esteja contemplada na contratação da apólice;
- Condições especiais de renovação do seguro Auto, Residencial, Rural, Comércio e Serviços;
- Ampliação de atividades profissionais cobertas no seguro residencial, beneficiando micrompreendedoras individuais que levaram seus negócios para casa. Com isso, as atividades amparadas pela cobertura "Pequeno Empreendedor", passaram de 13 para 24 categorias. O seguro residencial garante, ainda, a estes profissionais, assistência 24h e suporte complementar, como proteção digital e help desk.
- Reforço das soluções digitais para a realização de procedimentos como vistoria e perícia de automóveis.

### c) Manter o funcionamento das operações em condições atípicas

1. Redução do tempo de pagamento às oficinas, além da realização de pagamento adicional aos estabelecimentos com processo de higiene para prevenção do coronavírus;

2. Realização dos cursos on-line gratuitos para prestadores de serviços de assistência para formação e atualização nas áreas: Oficinas Familiares Sustentáveis, Planejamento Estratégico para Empreendedores, Atendimento ao Cliente, Customer Success - Como Conquistar e Manter Clientes, Gestão de Pessoas, Criatividade, Inovação.

Desde o início da pandemia, por meio da Fundação MAPFRE, foram doados mais de 35 milhões de doses a 30 países, destinados à compra de suprimentos médicos e de saúde, a medidas de proteção ao emprego, à inclusão social e à promoção da pesquisa para vacina contra o coronavírus. No Brasil, em 2020, foram aplicados cerca de R\$ 18 milhões ao enfrentamento da Covid-19, apoiando desde hospitais de campanha e compra de insumos hospitalares para auxílio às populações em situação de vulnerabilidade. Em 2021, uma nova ajuda extraordinária foi aportada, no valor de R\$ 17 milhões, para o desenvolvimento de projetos com foco em empregabilidade e empreendedorismo (com atenção especial às mulheres); desnutrição e necessidades básicas de alimentação; educação e exclusão digital; e inclusão social, apoiando milhares de pessoas.

**Rendos de contribuições e prêmios emitidos:**

As receitas com rendas de contribuições e prêmios emitidos totalizaram no ano de 2021 R\$ 330,3 milhões, com redução de 3,5% ou R\$ 12,1 milhões em relação ao mesmo período do ano de 2020. Notou-se durante o período de isolamento social, devido à pandemia, um aumento de resgates e redução em novas contratações de planos e nas contribuições recorrentes.

### Sinistralidade

A sinistralidade da Companhia em 2021 foi de 11,2% com redução de 16,1 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

### Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou no ano de 2021 um prejuízo de (R\$14,7) milhões, piora de R\$ 22,2 milhões em relação a 2020. O resultado de 2021 foi impactado principalmente pelas atualizações monetárias relacionadas a provisões matemáticas decorrentes do aumento nos índices de correções estabelecidos no plano contratado e também pelo forte aumento da curva de juros futuros no período, que refletiu negativamente nos preços dos títulos prefixados e indexados à inflação, IPCA e IGP-M, da carteira da MAPFRE Previdência com esse perfil.

**Despesas administrativas e despesas com tributos**

As despesas administrativas e as despesas com tributos totalizaram no ano de 2021, R\$ 22,6 milhões, representando um crescimento de 6,5% ou R\$ 1,4 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior.

### Resultado do exercício

O resultado totalizou em 2021 um prejuízo de (R\$ 13,9) milhões, uma piora de R\$ 20,7 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior.

### Política de reinvestimento de lucros e política de distribuição de dividendos

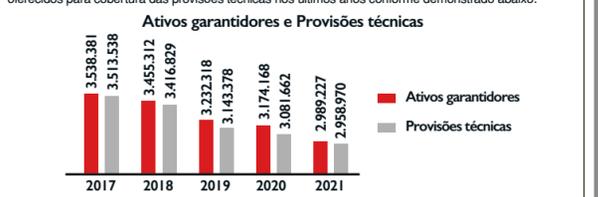
Os acionistas da MAPFRE Previdência S.A., em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Sociedade, até atingir o limite do valor do capital social integralizado.

### Declaração de capacidade financeira

Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015, de 30 de julho de 2015, e alterações, a MAPFRE

Previdência declara deter, na categoria "manidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 762 mil e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais dos mesmos. A Seguradora tem apresentado liquidez aos ativos garantidores oferecidos para cobertura das provisões técnicas nos últimos anos conforme demonstrado abaixo:



### Controles internos

A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável.

Periodicamente, são realizados testes de controles internos, que visam estar em conformidade com as normas regulamentares, dar confiabilidade às práticas adotadas, informando às áreas e aos Comitês os resultados obtidos. Os assuntos abordados nos testes são: acompanhamento de novas regulamentações, atendimentos à fiscalização, lavagem de dinheiro e prevenção à fraude, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processo.

### Compliance

O GRUPO MAPFRE, com base na Lei nº 9.613/1998, de 3 de março de 1998, e alterações e, com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 612/2020, de 18 de agosto de 2020, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos.

O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos funcionários e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares, reporte imediato ao Comitê de Auditoria Estatutário para acompanhamento.

**Governança de dados e segurança da informação**

Reafirmando o compromisso pela disponibilidade, integridade e confiabilidade das informações organizacionais e dos clientes e diante dos desafios da era digital das informações, além de garantir a segurança dos dados, uma governança e gestão da informação mais robusta e fortalecida tem sido um dos focos de atuação do GRUPO MAPFRE, alinhada à nova Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018, de 14 de agosto de 2018.

**Agradecimentos**

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.

**A Administração**

## BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>2.616.586</b>	<b>2.713.190</b>
Disponível	5	1.486	62
Caixa e bancos		1.486	62
Equivalente de caixa	5	279	384
Aplicações	6	2.570.102	2.669.581
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>		<b>919</b>	<b>224</b>
Operações com resseguradoras		919	224
<b>Créditos das operações com previdência complementar</b>		<b>739</b>	<b>474</b>
Valores a receber		739	474
<b>Outros créditos operacionais</b>	7	<b>14.843</b>	<b>13.267</b>
<b>Ativos de resseguro - provisões técnicas</b>	8	<b>2.357</b>	<b>5.904</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>	8	<b>6.931</b>	<b>4.481</b>
Títulos e créditos a receber	9	420	805
Créditos tributários e previdenciários	22b	6.359	3.021
Outros créditos		152	655
Outros valores e bens		-	10
Outros valores		-	10
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>790</b>	<b>-</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	10	<b>18.150</b>	<b>18.803</b>
Seguros		17.443	18.198
Previdência		707	605
<b>Ativo não circulante</b>		<b>490.590</b>	<b>572.599</b>
Realizável a longo prazo		490.293	572.304
Aplicações	6	419.125	504.074
<b>Outros créditos operacionais</b>	7	<b>27.944</b>	<b>31.116</b>
<b>Ativos de resseguro - provisões técnicas</b>	8	<b>1.449</b>	<b>685</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>13.244</b>	<b>2.950</b>
Créditos tributários e previdenciários	22b	11.351	-
Depósitos judiciais e fiscais	19a	1.893	2.950
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	10	<b>28.531</b>	<b>33.479</b>
Seguros		26.871	31.791
Previdência		1.660	1.688
<b>Investimentos</b>		<b>264</b>	<b>264</b>
Imobilizado		13	18
Intangível		251	246
<b>Total do ativo</b>		<b>3.107.176</b>	<b>3.285.789</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2021	2020
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>206.135</b>	<b>240.685</b>
Contas a pagar		7.395	8.088
Obrigações a pagar	11	2.231	2.408
Impostos e encargos sociais a recolher		4.112	1.774
Encargos trabalhistas		741	1.908
Impostos e contribuições	12	311	1.998
<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>		<b>7.069</b>	<b>7.634</b>
Operações com resseguradoras	8	5.404	5.770
Corretores de seguros e resseguros	13	1.665	1.864
<b>Débitos de operações com previdência complementar</b>		<b>1.210</b>	<b>4.808</b>
Operações a restituir		756	499
Contribuições de repasses	14	454	4.309
<b>Depósitos de terceiros</b>	15	<b>75</b>	<b>4.302</b>
<b>Provisões técnicas - seguros</b>	16	<b>101.744</b>	<b>119.468</b>
Vida com cobertura por sobrevivência		101.744	119.468
<b>Provisões técnicas - previdência complementar</b>	16	<b>88.642</b>	<b>96.385</b>
Planos não bloqueados		15.398	14.003
PGBL		73.244	82.382
<b>Passivo não circulante</b>		<b>2.775.064</b>	<b>2.878.659</b>
Contas a pagar		-	5.212
Tributos diferidos	22b	-	5.212
<b>Provisões técnicas - seguros</b>	16	<b>1.275.578</b>	<b>1.309.872</b>
Vida com cobertura por sobrevivência		1.275.578	1.309.872
<b>Provisões técnicas - previdência complementar</b>	16	<b>1.497.567</b>	<b>1.563.194</b>
Planos não bloqueados		287.054	271.175
PGBL		1.210.513	1.292.019
<b>Outros débitos</b>		<b>1.919</b>	<b>391</b>
Provisões judiciais	19a	1.919	391
<b>Patrimônio líquido</b>	20	<b>125.977</b>	<b>166.435</b>
Capital social		156.274	156.274
Reservas de lucros		-	2.343
Ajuste de avaliação patrimonial		(18.725)	7.818
Prejuízo acumulado		(11.572)	-
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>3.107.176</b>	<b>3.285.789</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

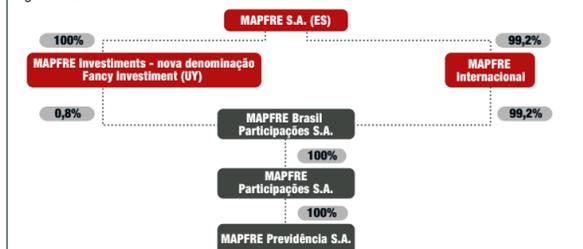
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Reservas de lucro	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2020</b>	116.273	-	-	-	-	(3.735)	112.538
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	45.071	-	45.071
Outros ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(37.253)	-	(37.253)
Aprovação aumento de capital - Portaria SUSEP n 550 de 28 de setembro de 2020	40.001	-	-	-	-	6.808	40.001
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.171	1.171
Reserva legal	-	154	-	-	-	(154)	-
Reserva estatutária	-	-	2.189	-	-	(2.189)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(730)	(730)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	156.274	154	2.189	-	7.818	-	166.435
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(47.401)	-	(47.401)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	20.858	-	20.858
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(13.915)	(13.915)
Reserva de lucros (absorção de prejuízo do exercício)	-	(154)	(2.189)	-	-	2.343	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	156.274	-	-	-	(18.725)	(11.572)	125.977

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Previdência S.A. (doravante denominada por "Companhia"), é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar nas atividades de previdência complementar, renda e pecúlio, bem como de seguros do ramo vida com sobrevivência, em todo o território nacional. O endereço registrado da Companhia é Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21ª andar, Brooklin, São Paulo - SP, CEP 04578-000 e está cadastrada no CNPJ sob o nº 04.046.576/0001-40. A Companhia é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades com sede em Madrid, Espanha. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo os critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE. Em 31 de dezembro de 2021, o GRUPO apresentava a seguinte estrutura:



### 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**a) Base de preparação:** Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015, de 30 de julho de 2015, (revogada a partir de 03 de janeiro de 2022 pelo documento nº 648/2021), de 12 de novembro de 2021, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 23 de fevereiro de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado e dos ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínuas. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são realizadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: **i.** informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; **ii.** informações sobre incertezas, sobre premissas e informações que podem resultar em um risco significativo de alteração de renda e patrimônio líquido no próximo exercício contábil; **iii.** Notas 3e - Classificação dos contratos de seguro; **iv.** Notas 3a e 6 - Aplicações financeiras; **v.** Notas 3i, 3k e 16 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; e **vi.** Notas 3i a 19 - Provisões judiciais. **e) Segregação entre Circulante e não Circulante:** A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento. Os Fundos especialmente constituídos de PGBL/VGBL são na sua totalidade para garantias das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder de PGBL/VGBL, não existindo descamamentos no fluxo de caixa. Em função dos títulos estarem classificados na categoria do valor justo por meio do resultado, os mesmos são classificados no ativo circulante e para fins de análise da liquidez, são apresentados considerando a mesma expectativa de liquidez dos passivos correspondentes, sendo Circulante. Ativo e passivos de impacto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. **f) Apresentação da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBaC entre circulante e não circulante:** é realizada utilizando o fluxo de pagamentos previsto no Teste de Adequação de Passivos - TAP. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes. **g) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP. **CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9):** Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, o Pronunciamento apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge.

A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48 e continuará a aplicar o CPC 38 (IAS 39) até a data efetiva do CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS 17). **CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17):** A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que a entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A Companhia está iniciando o trabalho de avaliação e espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras, que até o momento não podem ser dimensionados. O CPC 50 passará a vigorar em 1º de janeiro de 2023.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Aplicações e investimentos financeiros:** A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: **i.** Caixa e equivalente de caixa: Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias e com risco insignificante de mudança de seu valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **ii.** Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e



☆ continuação

## MAPFRE Previdência S.A. - CNPJ nº 04.046.576/0001-40

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Patrimônio líquido (a)	125.977	5. Capital mínimo requerido	15.000	19. PROVISÕES JUDICIAIS
Participação em sociedades financeiras e não financeiras, nacionais ou no exterior	(264)	Capital base (CB)	74.733	a) Composição
Despesas antecipadas	(790)	Capital de risco (subscrição, crédito, operacional e mercado) (CR)	67.272	Natureza
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(41)	Capital de risco de subscrição	5.313	Trabalhistas
Ativos intangíveis	(20)	Capital de risco de crédito	5.313	Cíveis
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(46.681)	Capital de risco operacional	2.371	Total
1. Ajustes contábeis (b)	(47.886)	Capital de risco de mercado	7.495	(*) Depósitos judiciais referentes a sinistros em discussão judicial somam o valor de R\$ 1.873 (R\$ 1.604 em 31 de dezembro de 2020).
Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	100	Correlação entre os riscos	(7.697)	b) Composição das ações judiciais de natureza fiscais, cíveis e trabalhistas por probabilidade de perda
Redução realizada no TAP referente à diferença de marcação dos ativos vinculados	(100)	Capital mínimo requerido (h)	74.733	
Superávit de fluxos de prêmios/contribuições não registrados apurados no TAP	53	Suficiência de capital (i = g - h)	29.515	
Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	45.662	Suficiência de capital (i/h)	39,5%	
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c)	45.715	Índice de solvência (j = g/h)	1,39	
PLA - Nível I (*)	66.881	(*) Inclui os ajustes determinados no parágrafo 13 do artigo 56 da Resolução CNSP 432/2021.		
PLA - Nível II	45.715			
PLA - Nível III	11.210			
Subtotal PLA - Nível (d)	123.806			
Limitador CMR - PLA Nível I	66.881			
Limitador CMR - PLA Nível II	26.157			
Limitador CMR - PLA Nível III	11.210			
Subtotal PLA - Limitador (e)	104.248			
3. Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de Nível 3 (f = e - d)	(19.558)			
4. PLA (Total) = PL + Ajust. Cont. + Ajust. Econ. + Ajust. do Exc. de Nível 2 e 3 (g = a+b+c+f)	104.248			

Títulos	Vencimento		Ativos		Ajuste ao valor de mercado		Total		
	justo (A)	Entre 1 ano e 5 anos (B)	Sem vencimento (D)	Valor contábil (E = A + B + C + D)	Valor de curva (F)	Valor justo (G)	(G - F) (H)	% (I)	
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	659.206	1.280.725	488.941	130.525	2.559.407	2.572.265	2.559.407	(12.858)	86%
Fundos de investimentos	115.494	86.902	106.123	(1.202)	307.317	320.175	307.317	(12.858)	12%
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	6.865	86.266	—	93.131	92.971	93.131	160	30%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	—	—	—	41.366	49.257	41.366	(7.891)	13%
Notas do tesouro nacional - NTN-C	1	—	—	—	39.162	42.563	39.162	(3.401)	13%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	—	—	—	25.595	27.296	25.595	(1.701)	8%
Operações compromissadas (*)	2	108.495	—	—	108.495	108.495	108.495	—	35%
Títulos da dívida agrária - TDA	2	134	636	—	770	795	770	(25)	0%
Caixa/contas a pagar/receber	2	—	—	—	(1.202)	(1.202)	(1.202)	0%	11,85%
Fundos especialmente constituídos - PGVL/VGBL	2	543.722	1.193.823	382.818	131.727	2.252.090	2.252.090	—	88%
Ações	2	—	—	—	116.850	116.850	116.850	—	116,850
Certificados de depósitos bancários - CDB	2	822	—	—	822	822	822	—	822
Debêntures	2	32.910	73.717	21.142	—	127.769	127.769	—	127,769
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	2	160.056	79.767	—	—	239.823	239.823	—	239,823
Letras financeiras - LF	2	73.352	91.352	4.939	—	169.643	169.643	—	169,643
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	225.001	750.266	31.531	—	1.006.878	1.006.878	—	1.006,878
Letras do tesouro nacional - LTN	1	7.740	1.528	—	—	9.268	9.268	—	9,268
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	27.196	88.097	316.687	—	431.980	431.980	—	431,980
Notas do tesouro nacional - NTN-C	1	—	—	6.205	—	6.205	6.205	—	6,205
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	—	—	3.292	—	3.292	3.292	—	3,292
Operações compromissadas (*)	2	16.565	105.804	—	—	122.369	122.369	—	122,369
Opções de futuro	2	—	—	—	3.047	3.047	3.047	—	3,047
Quotas e fundos de investimentos	2	—	—	—	13.792	13.792	13.792	—	13,792
Termo tesouro	2	—	—	—	—	—	—	—	—
Caixa/contas a pagar/receber	2	—	—	—	(1.962)	(1.962)	(1.962)	—	(1,962)
Ativos disponíveis para venda	10.695	27.647	390.716	—	429.058	430.104	429.058	(1.046)	14%
Fundos de investimentos	10.695	27.647	390.716	—	429.058	430.104	429.058	(1.046)	100%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	10.695	6.996	260.912	—	278.603	293.949	(15.346)	278,603
Notas do tesouro nacional - NTN-C	1	—	—	129.804	—	129.804	114.958	14.846	129,804
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	—	20.651	—	—	20.651	21.197	(546)	20,651
Operações compromissadas (*)	2	—	—	—	762	762	944	182	762
Ativos mantidos até o vencimento	717	45	717	—	762	762	944	182	762
Fundos de investimentos	717	45	717	—	717	717	899	182	717
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	—	—	—	45	45	45	—	45
Notas do tesouro nacional - NTN-C	1	—	—	—	45	45	45	—	45
Total	669.911	1.308.417	880.374	130.525	2.989.227	3.003.131	2.989.409	(13.722)	86%

(\*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos

b) Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). c) Determinação do valor justo: O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. As operações compromissadas são operações de compra e venda (1) um dia com uma taxa pré-fixada na data da emissão da operação. Os títulos públicos de renda fixa e privados (debêntures) tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Para títulos privados de renda fixa, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - "Market to Model" do administrador com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os títulos de renda variável tiveram seus valores justos obtidos a partir da última cotação publicada pela B3 - Brasil, Bolsa, Balcão. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, geridos pela MAPFRE Investimentos Ltda., sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, para cálculos constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão e na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia. O valor justo dos ativos financeiros mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação.

d) Taxa de juros contratada

	2021		2020	
	Maiores taxa	Menor taxa	Maiores taxa	Menor taxa
Certificados de depósitos bancários - CDB	103% CDI	103% CDI	103% CDI	103% CDI
Debêntures	2,54% a.a. + CDI	0,04% a.a. + CDI	1,50% a.a. + CDI	1,12% a.a. + CDI
Debêntures	6,02% + IPCA	6,02% + IPCA	7,77% + IPCA	6,05% + IPCA
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	118% CDI	100% CDI	120% CDI	100% CDI
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	DI + 2,05 % a.a.	DI + 1,10 % a.a.	DI + 2,05 % a.a.	DI + 1,10 % a.a.
Letras financeiras - LF	115% CDI	100% CDI	9,27%	8,40%
Letras financeiras - LF	1,75% a.a. + CDI	0,19% a.a. + CDI	108% CDI	100% CDI
Letras financeiras - LF	8,62%	8,40%	1,99% a.a. + CDI	0,43% a.a. + CDI
Letras financeiras do tesouro - LFT	100% SELIC	100% SELIC	100% SELIC	100% SELIC
Letras do tesouro nacional - LTN	11,56%	3,24%	5,35%	2,85%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	5,86%	0,16%	7,59%	0,84%
Notas do tesouro nacional - NTN-C	5,51%	4,67%	8,55%	2,41%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	9,19%	6,27%	12,91%	2,26%
Operações compromissadas (*)	9,19%	9,19%	1,88%	1,87%
Títulos da dívida agrária - TDA	9,12%	9,11%	9,25%	8,67%

e) Movimentações das aplicações

	2021		2020	
	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos
Valor justo por meio do resultado	92.547	475.079	(259.499)	(810)
- fundos de investimentos	—	—	—	307.317
Valor justo por meio do resultado	—	—	—	—
- fundos de investimentos especialmente constituídos	2.453.830	300.756	(491.651)	(10.845)
Disponíveis para venda	625.456	—	(198.100)	(76.165)
Mantidos até o vencimento (*)	1.822	—	(875)	(185)
Total	3.173.655	775.835	(950.125)	(76.165)

	2021		2020	
	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos
Valor justo por meio do resultado	35.647	510.536	(480.488)	—
- fundos de investimentos	—	—	—	26.852
Valor justo por meio do resultado	—	—	—	—
- fundos de investimentos especialmente constituídos	2.635.241	264.479	(499.381)	—
Disponíveis para venda	—	44.818	(10.996)	470.022
Mantidos até o vencimento	470.470	—	(470.022)	—
Total	3.141.358	819.833	(990.865)	—

(\*) Os rendimentos dos ativos mantidos até o vencimento apresentam saldo negativo devido à queda na participação da Companhia no fundo de investimento que possui em sua carteira esses ativos financeiros.

f) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui contratos futuros de DI, conforme apresentados na tabela abaixo. O objetivo de atuação no mercado de derivativos é de proteção, visando minimizar a exposição a riscos de mercado, neste caso de taxa de juros. A utilização de derivativos está condicionada a avaliação do cenário macroeconômico, demonstrados a seguir:

Derivativos	Quantidade	Valor de referência	Valor justo	Valor receber/pagar	Vencimento
FUT DI	134	(13.400)	13.421	—	Abaixo de 360 dias
FUT DI	533	(53.300)	33.739	—	Acima de 360 dias
Total	667	(66.700)	47.160	—	—

Derivativos	Quantidade	Valor de referência	Valor justo	Valor receber/pagar	Vencimento
FUT DI	(312)	31.200	(77.866)	—	Abaixo de 360 dias
FUT DI	1.748	(174.823)	173.588	483	Acima de 360 dias
Total	1.436	(143.623)	95.722	487	—

7. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

O montante de R\$ 14.843 (R\$ 13.267 em 31 de dezembro de 2020) no ativo circulante é composto basicamente por R\$ 10.326 (R\$ 6.683 em 31 de dezembro de 2020) referente a resgates em trânsito em processo de identificação, R\$ 3.015 (R\$ 5.132 em 31 de dezembro de 2020) referente a taxa de gestão de fundos e R\$ 1.459 (R\$ 1.414 em 31 de dezembro de 2020) referente a créditos a receber de parcerias dos produtos de previdência. O montante de R\$ 27.944 (R\$ 31.116 em 31 de dezembro de 2020) do ativo não circulante se refere a créditos a receber de parcerias dos produtos de previdência. Os valores do ativo circulante e ativo não circulante a vencer referentes a créditos a receber de parcerias dos produtos de previdência estão demonstrados no aging abaixo:

	2021	2020
Até 1 ano	1.459	1.414
De 1 a 5 anos	5.365	5.563
Acima de 5 anos	22.559	25.553
Total a vencer	29.403	32.530

8. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS E ATIVOS DE RESSEGURO

a) Ativo	2021	2020
Provisão de sinistros a liquidar - PSL Vida	2.069	4.758
Provisão de sinistros a liquidar - PSL FGB	135	—
IBNR/IBNeR - Vida	1.453	1.792
IBNR/IBNeR - FGB	149	39
Total	3.806	6.589
b) Passivo	2021	2020
Prêmios cedidos - Vida/VGBL	5.425	5.877
Comissões a recuperar - Vida/VGBL	(21)	(107)
Total	5.404	5.770

c) Movimentação das provisões de resseguro

	2021		2020	
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Total
Saldo inicial	196	—	1.252	1.911
Diferimento pelo risco decorrido	—	—	—	(196)
Aviso/Ajuste de sinistros	—	2.445	—	2.445
Sinistros pagos a recuperar	—	(5.763)	—	(5.763)
Atualização monetária e juros	—	764	—	764
Reversões	—	—	(2.267)	(1.125)
Saldo final	—	2.204	806	796

	2021		2020	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Fiscais	2	1.983	—	2.366
Provável	1	1.590	—	2.366
Possível	1	393	—	—
Cíveis	27	841	221	2.938
Provável	4	221	221	4.192
Possível	19	620	—	2.746
Remoto	4	—	—	2
Trabalhistas	4	1.698	1.698	3.199
Provável	4	1.698	1.698	2.199
Remoto	—	—	—	1
Total geral	33	4.522	1.919	29.503

Fiscais - A Companhia possui discussões tributárias na esfera judicial, e amparada por seus assessores legais classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento. Os valores em risco são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa SELIC. Para a data-base de 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui registro contábil de contingência uma vez que suas ações judiciais são avaliadas com o risco possível, conforme demonstramos abaixo: CSLL - Discute judicialmente a majoração da alíquota da CSLL de 15% para 20%, nos termos da Lei n. 13.169/2015, ade 6 de outubro de 2015, aplicável ao período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, período no qual manteve o recolhimento nos termos da legislação vigente. Com julgamento desfavorável, aguarda julgamento de Agravo de Desapachos Denegatórios de Recursos Especial e Extraordinário. Probabilidade de perda classificada como provável, em razão do julgamento do STF na ADI 5485. Valor em discussão estimado em R\$ 393 (R\$ 382 em 31 de dezembro de 2020). Não há risco/valor a ser provisionado, pois recolheu a CSLL sob alíquota de 20%. PIS/COFINS - A partir de janeiro de 2015, com a entrada em vigor da Lei n. 12.973/2014, de 13 de maio de 2014, a Companhia entende que a base de cálculo destes tributos permanece limitada às receitas da operação, mas não sobre o total

## MAPFRE Previdência S.A. - CNPJ nº 04.046.576/0001-40

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

#### 24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Seguradora, empresas que compõem o GRUPO MAPFRE, o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, seus Administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados. Apresentamos as principais operações com partes relacionadas:

		2021				2020			
		Ativo	Passivo	Receitas	Despesas	Ativo	Passivo	Receitas	Despesas
MAC Investimentos S.A. (1)	Empresa ligada	2	–	33	–	3	–	–	(31)
MAPFRE Assistência Ltda. (1)/(3)	Empresa ligada	–	–	54	–	3	–	–	(229)
MAPFRE Brasil Participações S.A. (1)	Acionista Indireta	49	–	69	(820)	55	–	241	–
MAPFRE Capitalização S.A. (1)/(3)	Empresa ligada	–	–	103	(62)	4	–	99	–
MAPFRE Investimento e Participações S.A. (1)	Empresa ligada	1	–	8	–	–	–	–	(31)
MAPFRE Investimento Ltda. (1)/(3)	Empresa ligada	–	7	53	(12)	3	–	24	(12)
MAPFRE Participações S.A. (4)	Acionista direta	–	–	–	(730)	–	730	–	–
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros (2)	Empresa ligada	4.155	5.404	2.217	(20.778)	6.813	5.770	9.879	(22.036)
MAPFRE Saúde Ltda. (1)/(3)	Empresa ligada	–	–	19	(55)	–	–	36	–
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (1)/(3)	Empresa ligada	73	311	3.024	(3.111)	91	213	595	(5.576)
MAPFRE Vida S.A. (1)	Empresa ligada	87	–	1.071	(75)	102	–	36	(2.300)
MAPFRE TECH (MADRI-ESPANHA)	Empresa ligada	–	–	–	(68)	–	–	–	–
PROTENEG Corretora de Seguros Ltda. (1)	Empresa ligada	2	–	35	–	3	–	1	(44)
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda. (1)	Empresa ligada	–	12	40	(162)	86	–	184	–
<b>Total</b>		<b>4.369</b>	<b>5.734</b>	<b>6.726</b>	<b>(25.873)</b>	<b>7.167</b>	<b>6.713</b>	<b>11.110</b>	<b>(30.369)</b>

(1) Refere-se ao ratião de despesas administrativas e comerciais compartilhadas que é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada Seguradora, sobre o total de despesas incorridas por elas sob o comando da MAPFRE Participações S.A., no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na convenção do GRUPO MAPFRE. (2) Refere-se a direitos e obrigações da operação de resseguro, cessão parcial ou total do risco assumido à Resseguradores. Os valores são calculados de acordo as disposições contratuais previamente definidas. (3) Refere-se aos planos de previdência dos funcionários registrados nas respectivas empresas. (4) Refere-se à distribuição de dividendos. **a) Remuneração da Administração:** a remuneração e os benefícios da Administração são estabelecidos anualmente por meio da Assembleia Geral Ordinária. Os montantes são pagos por outra Companhia do GRUPO MAPFRE. As receitas com previdência da Administração totalizaram R\$ 1.224 (R\$ 672 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia não tem como política pagar a empregados e Administradores remuneração baseada em ações.

#### 25. OUTRAS INFORMAÇÕES

**Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria está instituído na empresa líder MAPFRE Participações S.A., nos termos da Resolução nº 321/2015 e alterações, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, tendo alcance sobre a Companhia.

#### DIRETORIA

<b>FELIPE COSTA DA SILVEIRA NASCIMENTO</b>	<b>DENIA DE MOURA FERNANDO PÉREZ-SERRABONA GARCIA</b>	<b>FRANCISCO EUGÊNIO LABOURT ORLANDO ELIECER IBARRA CAMPO</b>	<b>RAPHAEL DE LUCA JUNIOR SIMONE PEREIRA NEGRÃO</b>	<b>ROBERTO JUNIOR DE ANTONI</b>
--	---	---	---	---------------------------------

#### CONTADORA

<b>TÁLITA DE FIUME - CRC 1SP 333939/O-0</b>	<b>ATUÁRIA</b>	<b>VERA LUCIA FERNANDES LOPES - MIBA 817</b>
---	----------------	--

#### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

##### Aos Conselheiros e Diretores da MAPFRE Previdência S.A.

##### São Paulo - SP

##### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE Previdência S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

##### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

##### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

##### Avaliação da mensuração da provisão complementar de cobertura (PCC) e do teste de adequação de passivos (TAP)

Veja as Notas nºs 3(i), 3(k), 3(l) e 19 das demonstrações financeiras.

##### Principal assunto de auditoria

A Companhia mantém provisão técnica complementar de cobertura (PCC) relacionada à insuficiência de provisão dos contratos de seguros e previdência complementar, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. Para calcular o teste de adequação de passivos e consequentemente mensurar a provisão complementar de cobertura (PCC), a Companhia utiliza-se de técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outros, longevidade, nível de resgate dos planos de previdência complementar, taxas de desconto e de juros. Consideramos o cálculo do teste de adequação de passivos e a avaliação da mensuração da provisão complementar de cobertura como um principal assunto de auditoria dado o julgamento envolvido na determinação da metodologia e premissas relevantes relacionadas.

##### Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de mensuração, aprovação e revisão dos cálculos do teste de adequação de passivos e da provisão complementar de cobertura. (ii) envolvimento de nossos especialistas atuariais com conhecimento e experiência no setor que nos auxiliaram: - na avaliação das metodologias e das premissas, tais como longevidade, nível de resgate dos planos de previdência complementar, taxas de desconto e de juros, utilizadas na mensuração da PCC e do teste de adequação de passivos, com base em premissas derivadas das próprias informações históricas da Companhia; - na conferência da exatidão matemática da PCC e do teste de adequação de passivos; e - no recálculo da PCC, por meio de utilização de métodos atuariais e

ferramenta estatística. (iii) testes de precisão e integridade das bases de dados de prêmios emitidos, contribuições recebidas e benefícios e resgates pagos, utilizadas para mensuração da provisão complementar de cobertura, conforme aplicável, incluindo o confronto destas bases com as bases analíticas suporte aos registros contábeis. (iv) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas no cálculo do teste de adequação dos passivos e da mensuração da provisão complementar de cobertura, como valores das contribuições, benefícios e resgates, incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável, tipo de plano, datas de registro, data de nascimento do participante, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentação e suporte; e (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**  
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

##### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que a Administração considera necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

##### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não é uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. - A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são

elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. - Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. - A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.



**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP014428/O-6

**Érika Carvalho Ramos**  
Contadora CRC 1SP224130/O-0

#### PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

##### Aos Acionistas e Administradores da MAPFRE Previdência S.A.

##### São Paulo - SP

##### CNPJ: 04.046.576/0001-40

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da MAPFRE Previdência S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2021, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

##### Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

##### Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.

Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Companhia, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Companhia auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes

associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

##### Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da MAPFRE Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2021 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

##### Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que servem de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.



**Ernst & Young Serviços Atuariais S.S.**  
CNPJ 03.801.998/0001-11  
CIBA 57

**Ricardo Pacheco**  
MIBA 2.679

##### Anexo ao Parecer dos Atuários Auditores Independentes

##### Demonstrativo dos valores sujeitos à auditoria atuarial

	<b>2021</b>
Provisões técnicas	
Provisão de prêmios não ganhos	134
Provisão de sinistros a liquidar	5.534
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	1.221
Provisão de despesas relacionadas	666
Provisão matemática de benefícios a conceder	2.762.867
Provisão matemática de benefícios concedidos	166.473
Provisão de excedente financeiro	6.229
Provisão de valores a regularizar	3.971
Provisão complementar de cobertura	16.435
<b>Total de provisões técnicas</b>	<b>2.963.530</b>
<b>Valores redutores da cobertura financeira das provisões técnicas</b>	
Direitos creditórios	–
Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG	–
Ativos de resseguro/retrocesso redutores de PPNG	–
Ativos de resseguro/retrocesso redutores de PSL	–
Ativos de resseguro/retrocesso redutores de IBNR	–
Ativos de resseguro/retrocesso redutores de PDR	–
Depósitos judiciais redutores	936
Ativos de resseguro redutores - PREV.DOTA/VI/VGBL/PGBL	3.806
<b>Total de valores redutores de provisões técnicas</b>	<b>4.742</b>
<b>Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido</b>	
Patrimônio líquido ajustado - PLA (a)	104.248
Capital base (b)	15.000
Capital de risco - subscrição (c)	67.251
Capital de risco - crédito (d)	5.313
Capital de risco - mercado (e)	7.495
Capital de risco - operacional (f)	2.371
Redução por correlação dos riscos (g)	(7.697)
Capital de risco (h) = (c)+(d)+(e)+(f)+(g)	74.733
<b>Capital mínimo requerido (i) = maior entre (b) e (h)</b>	<b>74.733</b>
<b>Suficiência do PLA (a) - (i)</b>	<b>29.515</b>
<b>Demonstrativo da solvência regulatória</b>	
Ativos garantidores aceitos (a)	2.989.399
Necessidade de coberturas das provisões técnicas (b)	2.958.971
<b>Suficiência / (insuficiência) de ativos (a - b)</b>	<b>30.428</b>
<b>Suficiência de ativos (%)</b>	<b>101,03%</b>

# CUIDADO

EM CADA DETALHE:

HÁ VÁRIAS DÉCADAS,  
A MAPFRE CUIDA.

De pessoas, de empresas, de patrimônios e de tudo o que for importante. Com o portfólio mais amplo do mercado e proximidade total com os clientes, a MAPFRE continua empenhada em incentivar a cultura do seguro e proteger cada vez mais vidas.

É ASSIM QUE  
PROTEGEMOS  
MILHÕES DE  
PESSOAS